

FAUNA NO SERTÃO ALAGOANO: RESGATES E APREENSÕES REALIZADAS EM UM PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO CONJUNTA

Andreza Galindo Alves de Queiróz^{1}; Márcio Antônio Gomes Reis Junior²; Aline de Santana Diógenes Tavares³;*

Resumo

A captura de animais silvestres para fins não científicos ameaça o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Os motivos que levam à caça desses animais são relacionados a diversos fatores, dentre eles destacam-se o comércio, as características do animal, a facilidade de captura e o propósito de domesticação. Tendo em vista os danos que a caça predatória causa à fauna e flora brasileira, ainda há carência de informações sobre o tema, o que dificulta a avaliação da dimensão do problema e de seu impacto no Brasil. O trabalho tem como objetivo descrever os principais problemas relacionados à fauna que foram identificados em municípios fiscalizados nas regiões do agreste e sertão de Alagoas, no ano de 2015, durante a realização de operação conjunta entre órgãos voltados para a defesa do meio ambiente. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental sobre as atividades de fiscalização, especialmente no que trata da utilização de espécimes da fauna silvestre. Concluiu-se que nesse período foram resgatados 4.615 animais e que a população local carece de políticas públicas voltadas à preservação ambiental.

Palavras-chave: fauna, fiscalização ambiental, bacia hidrográfica.

1 Afiliação: Universidade Federal de Alagoas, e-mail: andrezita@gmail.com.

2 Afiliação: Ministério Público do Estado de Alagoas, e-mail: marcio_reis_jr@hotmail.com.

3 Afiliação: Ministério Público do Estado de Alagoas, e-mail: alynesdtavares@gmail.com.

Introdução

A captura de animais silvestres para fins que não sejam científicos ameaça o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Essa atividade realizada por populações tradicionais, muitas vezes, está vinculada à utilização de integrantes da fauna como fonte de renda por meio da exploração comercial, como animais de estimação ou de companhia, na qualidade de alimento e até mesmo na medicina popular.

O tráfico de animais silvestres é um fator que estimula a captura, a qual é responsável pela retirada anual de milhões de animais da natureza. Essa prática é uma das principais causas da redução das populações naturais, por diversas vezes aproximando alguns seres da sua extinção, e ainda ferindo o conceito de sustentabilidade protegido por nossa Constituição Federal, pelo que justifica-se a realização de estudos no sentido de controlar a relação do homem com os recursos da fauna, bem como corrigir os danos que dela sejam originados.

Nessa direção, com a finalidade de realizar um diagnóstico socioambiental da Bacia do Rio São Francisco no estado de Alagoas, visando a prevenção de impactos ambientais e a recuperação de danos detectados, o Ministério Público do Estado de Alagoas, com base em um exitoso programa realizado no estado da Bahia, coordenou um grupo de instituições na implantação do Programa de Fiscalização Preventiva Integrada na Bacia do Rio São Francisco – FPI Alagoas.

Essa iniciativa tem o objetivo de fiscalizar o desenvolvimento de atividades com maior potencial para causar danos na referida bacia hidrográfica, prioritariamente nos municípios situados no Baixo São Francisco. Além disso, visa orientar os diversos atores sociais no que tange às normas vigentes e aos procedimentos que devem ser observados a fim de evitar a degradação ambiental, estando a preocupação com a fauna incluída nessas ações de fiscalização.

Isto posto, alguns questionamentos se revelam importantes, quais sejam: o que tem motivado a captura de animais silvestres na região do Baixo São Francisco, em Alagoas? Quais os principais problemas identificados pelos agentes públicos no que diz respeito ao tratamento da fauna local por parte das populações tradicionais?

Portanto, este trabalho tem como objetivo descrever os principais danos à fauna que foram identificados em municípios fiscalizados no sertão de Alagoas, no ano de 2015, durante a realização de operação conjunta entre órgãos voltados para a defesa do meio ambiente.

Metodologia

Este trabalho possui abordagem predominantemente qualitativa, por meio de estudo de caso. A pesquisa é descritiva, tendo o objetivo de narrar fatos dessa realidade a partir da investigação bibliográfica e da pesquisa documental.

O objetivo do trabalho é de descrever os principais problemas relacionados à fauna que foram identificados em municípios fiscalizados nas regiões agreste e sertão de Alagoas, no ano de 2015, durante a realização de operação conjunta entre órgãos voltados para a defesa do meio ambiente.

O estudo foi realizado em vinte e um municípios alagoanos, sendo eles: Anadia, Arapiraca, Belém, Cacimbinhas, Carneiros, Craíbas, Igaci, Jacaré dos Homens, Major Isidoro, Maribondo, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho D'Água das Flores, Olho D'Água do Casado, Olivença, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Quebrangulo, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Tanque D'Arca.

Consoante o mapa de mesorregiões de Alagoas, a maior parte desses municípios estão situados entre as regiões do sertão e do agreste alagoano (ALAGOAS, 2014a), com exceção de Anadia, que se localiza no leste do estado. A escolha deles como alvo do presente estudo se deu por duas razões, a saber: esses municípios foram fiscalizados no segundo ano de operação de um programa de fiscalização governamental, cujos documentos apresentam dados mais expressivos e os indicadores sociais do agreste e do sertão de Alagoas demonstram uma situação precária e apontam um considerável nível de desigualdade social.

Por isso, considera-se importante investigar os danos causados à fauna em uma área que parece sofrer com a ausência de políticas públicas de longo prazo voltadas à prevenção de problemas socioambientais.

Os documentos analisados foram elaborados durante a terceira e a quarta etapa da FPI Alagoas, situação em que diversas atividades foram fiscalizadas nos municípios anteriormente citados, dentre elas, a utilização de espécimes da fauna silvestre.

Sendo assim, as principais fontes de dados são dezenove relatórios escritos pelo corpo de técnicos que atuaram no programa, tendo em vista que esses documentos foram elaborados por pessoas que vivenciaram diretamente o evento estudado.

Para tanto, na análise realizada, valorizou-se o levantamento dos dados referentes à identificação dos impactos socioambientais relacionados à captura de animais silvestres e a manutenção destes em cativeiro, bem como o seu comércio e o desenvolvimento de ações correlatas.

Registra-se ainda que na análise dos relatórios relacionados à fauna foi priorizada uma abordagem qualitativa, tendo em vista o formato de fiscalização e de relato constante nos documentos produzidos.

Conservação da biodiversidade

Os animais possuem papéis importantes para a manutenção do equilíbrio da natureza e são responsáveis por dispersar sementes para o desenvolvimento da flora, controlar as populações de espécies que quando em excesso podem prejudicar as lavouras e criações, bem como preservar a vida em todas as suas formas. Cada pequeno animal tem sua função específica na natureza e a sua ausência acarreta enormes prejuízos para o equilíbrio ecossistêmico (VELHO CHICO..., 2014, p.203).

Estudos realizados na região nordeste indicam que a captura de animais se caracteriza como

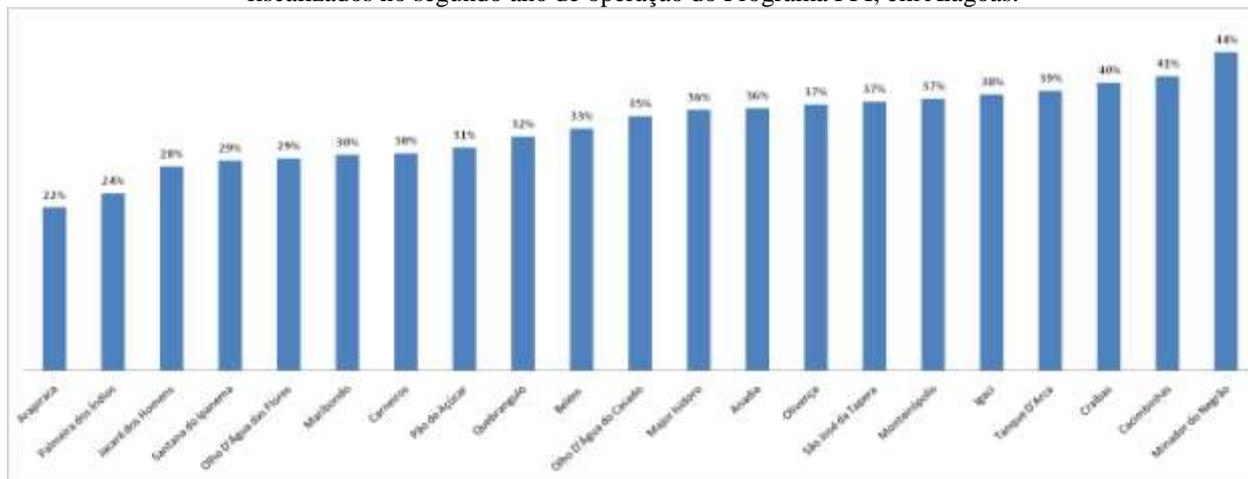
uma atividade que segue mais uma tendência cultural do que uma necessidade vinculada a subsistência, como relatado nos trabalhos de Alves de Rosa (2006) e Pessoa *et al.* (2013).

Apenas nas últimas décadas, com o desenvolvimento da etnozootologia, tem se dado o devido valor aos estudos dos motivos que movem as populações tradicionais para a captura e utilização da fauna (PESSOA *et al.*, 2013).

A utilização das aves como animais de estimação é extremamente relevante, sendo um dos principais motivos do comércio clandestino da avifauna, que é influenciado pelo quadro de pobreza social e a falta de alternativas econômicas. A cadeia social que propicia esse tipo de comércio se origina nos setores mais pobres situados na área de zona rural (NÓBREGA *et al.*, 2011, p.173).

Por esse ângulo, a educação ambiental parece representar um fator chave para que a população de determinada localidade seja capaz de evitar a destruição da biodiversidade local. Desse modo, conforme estudo realizado pelo IPEA (2015), a taxa de analfabetismo nas cidades fiscalizadas é de, no mínimo, vinte e dois por cento da população. Isto é, os municípios estudados possuem entre 22% e 44% de sua população (com quinze anos ou mais) composta por analfabetos, informação esta que pode auxiliar na compreensão do tráfico de animais na região.

Figura 1 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade residente nos municípios fiscalizados no segundo ano de operação do Programa FPI, em Alagoas.



Fonte: Elaborada pelos autores, adaptado de IPEA (2015).

Cabe aqui considerar a importância dos indicadores ilustrados na Figura 1 e no Quadro 1, pois convergem com a ideia de Nóbrega *et al.* (2011), uma vez que é possível constatar o elevado grau de analfabetismo desses municípios, bem como um acentuado índice de pobreza, que em alguns municípios chega a 40% da população que se sustenta com valores muito inferiores ao de um salário-mínimo.

Dessa maneira, fatores sociais, econômicos e culturais desempenham um relevante papel na determinação de como a população utiliza esses recursos naturais (Alves *et al.* 2009), o que conduz a um conflito constantemente enfrentado na modernidade: desenvolvimento *versus* preservação ambiental (Costa *et al.* 2007).

Quadro 1 - Percentual da população extremamente pobre nos municípios fiscalizados no segundo ano de operação do Programa FPI, em Alagoas.

Município	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais
Arapiraca, Belém , Jacaré dos Homens, Maribondo, Olho D'Água das Flores, Palmeira dos Índios.	10 a 20%
Anadia, Cacimbinhas, Major Isidoro, Minador do Negrão, Monteirópolis, Quebrangulo, Santana do Ipanema, Tanque D'Arca.	20 a 30%
Carneiros, Craíbas, Igaci, Olho D'Água do Casado, Olivença, Pão de Açúcar, São José da Tapera.	30 a 40%

Fonte: Elaborada pelos autores, adaptado de Alagoas (2014b).

Nesse sentido, Pessoa *et al.* (2013) sublinham a necessidade de elaborar estratégias de conservação que busquem a conciliação entre os valores e necessidades, culturais ou não, das pessoas que usufruem dos recursos faunísticos e a sustentabilidade destes recursos, o que não parece ser uma missão fácil.

Resultados

A fiscalização conjunta realizada pelos vinte e dois órgãos que fazem parte do Programa FPI Alagoas visa a elaboração de um diagnóstico ambiental acerca da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, especificamente no estado de Alagoas. Cada etapa de fiscalização foi planejada e executada no período de seis meses. A execução, entendida como o tempo do trabalho de fiscalização realizado em campo, teve duração de catorze dias, sendo realizada uma audiência pública, ao final de cada etapa, para a apresentação de resultados.

A partir do levantamento e análise dos relatórios elaborados no segundo ano do referido programa, foi possível identificar números expressivos no que diz respeito à equipe responsável pela fiscalização da fauna, conforme indicado no Quadro 2.

Quadro 2 – Quantitativo de animais resgatados conforme as etapas de fiscalização da FPI Alagoas.

Descrição	1ª etapa de fiscalização	2ª etapa de fiscalização	3ª etapa de fiscalização	4ª etapa de fiscalização
Total de animais silvestres resgatados por entrega voluntária e/ou apreendidos durante a fiscalização.	432	1.446	1.951	2.664

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados nos documentos analisados e em Alagoas (2015).

Na primeira etapa ainda não havia uma equipe que tratasse do resgate de animais, conforme Alagoas (2015). Entretanto, segundo dados constantes nas apresentações usadas na audiência pública, foram resgatados 432 animais, ainda que não houvesse equipe especialmente criada para fiscalizar a fauna. Dessa maneira, ficou claro que foi percebida a necessidade de criar uma equipe específica para fiscalizar essa área, o que a partir da segunda etapa foi posto em prática, sendo então criada uma equipe multidisciplinar composta por representantes de diversos órgãos participantes do programa.

Ao analisar o quantitativo de animais silvestres resgatados por entrega voluntária e/ou apreendidos durante a fiscalização, conforme Quadro 2, percebe-se que os números cresceram

expressivamente conforme as etapas foram sendo realizadas, o que indica a necessidade de maior atenção a essa área, principalmente no que diz respeito a ações de educação ambiental no sentido de orientar a população a preservar a fauna da região.

A análise dos relatórios referentes à terceira e quarta etapas, as quais foram realizadas no segundo ano de operação do Programa FPI, permitiu a identificação de 4.615 animais resgatados nesse período e das irregularidades encontradas no momento da visita de fiscalização, bem como a descrição dos procedimentos adotados pela equipe responsável nesta ocasião.

Desse modo, foram constatados animais silvestres mantidos em cativeiro, a caça contra esses animais, e crime de maus tratos a esses animais, uma vez que muitos deles não eram alimentados ou quando isso acontecia, recebiam alimento inadequado. Além de tudo, também eram privados de água e ficavam confinados em ambientes insalubres.

Os animais foram resgatados por meio de entrega voluntária ou de apreensão no caso das pessoas que eram flagradas com animais silvestres ou os abandonavam em plantações ou logradouros públicos com a finalidade de evitar o flagrante.

Conforme a ordem dos animais, o maior volume de resgate foi de aves, que correspondeu a cerca de 94% dos resgates realizados, sendo seguida de répteis e mamíferos, cujo quantitativo foi muito pequeno quando comparado ao de aves no período estudado, o que converge com os estudos sobre avifauna realizados por Nóbrega et al. (2011).

Sendo assim, os técnicos realizavam o recolhimento dos animais e a destruição das gaiolas, concomitante à abordagem de educação ambiental com a população local, principalmente com as crianças. Em seguida, esses seres eram encaminhados para o Centro de Triagem Provisório da FPI a fim de verificar se eles estavam aptos para a sua reintrodução em áreas de preservação ambiental ou inaptos, os quais recebiam tratamento imediato pela equipe de biólogos e veterinários. Neste caso, os animais que não se recuperavam suficientemente para soltura eram encaminhados ao Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS/IBAMA, localizado em Maceió, que é o único espaço oficial no estado de Alagoas para esse fim.

No caso da entrega voluntária, segundo os relatórios analisados, o maior volume de iniciativas foi realizado por crianças, o que foi incentivado pela equipe de fiscalização mediante a entrega de livros e panfletos sobre educação ambiental, além de *kits* contendo camisa, boné e broche com a inscrição “Guardiões da Natureza – FPI Alagoas”. Com isso, fica clara a disposição da equipe em promover a educação ambiental no momento criado para a realização da entrega voluntária por parte dos tutores.

Por outro lado, foi identificado que esses *kits* também eram entregues durante visitas nas escolas das cidades fiscalizadas, realizadas pela equipe de educação ambiental, que ministrou palestras para crianças e adolescentes com a finalidade de estimular a proteção do meio ambiente e a mudança da cultura na região.

Um ponto relevante que parece ter contribuído bastante com a entrega voluntária foi o trabalho realizado pelos representantes da FPI Alagoas junto às rádios locais. Nessa oportunidade, a população do município era informada sobre os malefícios de manter animais silvestres em

cativeiro, bem como sobre a presença de um caminhão que receberia os animais silvestres entregues voluntariamente, sem que penalidade alguma fosse aplicada aos seus tutores.

Outro quesito que merece destaque é o caso dos animais exóticos, pois embora o foco da equipe estivesse nos animais silvestres, quando esses bichos eram encontrados em situação de maus tratos, o resgate também era executado ainda que a sua domesticação não fosse proibida.

Assim, diante da situação encontrada, os técnicos indicaram a necessidade de um maior levantamento acerca dos crimes ambientais relacionados aos animais silvestres, haja vista possuir uma considerável demanda reprimida em razão de ineficácia dos órgãos de fiscalização, bem como a realização de trabalho educativo com maior abrangência, especialmente nas escolas, com o objetivo de combater a cultura de captura e manutenção desses animais em cativeiro, o que converge os argumentos apresentados por Alves de Rosa (2006) e Pessoa et al. (2013).

Desse modo, é imprescindível ressaltar a importância da criação de políticas públicas voltadas à preservação da fauna, bem como à promoção da educação ambiental, principalmente para que a população passe a refletir sobre o impacto de seus atos perante a preservação do meio ambiente e tenha maior capacidade de tomar decisões com base em princípios relacionados à sustentabilidade.

Considerações finais

Quanto aos problemas relacionados à fauna, foram descritos os procedimentos de fiscalização e de reparação dos danos, merecendo destaque o papel da FPI em estimular ações de educação ambiental para mudança da cultura da região.

A grande quantidade de animais resgatados em curto espaço de tempo, já que a etapa de fiscalização propriamente dita durou não mais do que catorze dias, comprova o alto volume de animais que são capturados na natureza por ano e o desequilíbrio ecológico que essa atividade traz.

Acredita-se que o trabalho contribuiu para a melhor compreensão da situação da fauna nas regiões agreste e sertão de alagoas, da mesma maneira que descreveu um panorama acerca dos principais danos causados aos animais que vivem nos locais investigados por essa pesquisa.

Como limitação da pesquisa é possível mencionar a análise restrita a documentos, sendo também indicada a realização de entrevistas com atores sociais envolvidos para compreender, com maior profundidade os resultados aqui apresentados. Por isso, sugere-se a realização de outros trabalhos como esse em mais localidades estrategicamente definidas no Nordeste do país, principalmente no sentido de descrever as espécies resgatadas de modo que novos programas de manejo sustentável, reintrodução de espécies e de educação ambiental sejam promovidos por iniciativas de diversos setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Ministério Público do Estado de Alagoas. *Relatório das etapas da Fiscalização Preventiva e Integrada na Bacia do Rio São Francisco em Alagoas (FPI/SF)*. Maceió, AL, 2015. 23 p.

ALAGOAS. *Mesorregiões*. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas - SEPLANDE, 2014a. 1 mapa, color. Escala indeterminada. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/id/dataset/d8f3ac16-6441-4f45-8c69-a2fc5a4ff8a6/resource/f9f4657f-e0da-47ae-8f02-5a5fff55109e/download/13mesorregioes.png>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

ALAGOAS. (%) *População extremamente pobre - 2010*. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas - SEPLANDE, 2014b. 1 mapa, color. Escala indeterminada. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/id/dataset/d502094e-ac8b-42ce-8a36-495a616eff79/resource/59bee6e1-98e6-4056-92c4-9154bd56fc6b/download/132percentualdapopulacaoextremamentepobre2010.png>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

ALVES, R.R.N.; ROSA, I.L. From cnidarians to mammals: the use of animals as remedies in fishing communities in NE Brazil. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 107, p. 259–276, 2006.

ALVES, R.R.N.; MENDONÇA, L.E.T.; CONFESSOR, M.V.A.; VIEIRA, W.L.S.; LOPES, L.C.S. Hunting strategies used in the semi-arid region of northeastern Brazil. *Journal Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 5, p. 12, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Base de dados do Atlas da vulnerabilidade social*. 2015. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/ivs/pt/consulta/>>. Acesso em: 30 set. 2015.

NÓBREGA, V. A. *Utilização de aves silvestres por moradores do Município de Fagundes, semiárido paraibano: uma abordagem etnoornitológica*. 2011. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

PESSOA, T. S. A.; WAGNER, P. G. C. ; Langguth, A. Captura e comercialização de animais silvestres no Semiárido da Paraíba, Brasil, sob a perspectiva de crianças e adolescentes. *Revista Nordestina de Biologia*, v. 21, p. 79-100, 2013.

VELHO CHICO: a experiência da Fiscalização Preventiva Integrada/Equipe FPI. 1 ed. Salvador: Ministério Público da Bahia e Órgãos parceiros do Programa FPI, 2014. 430f.